

EMPRESAS

46,3

Milhões de euros Indemnizações compensatórias pagas à Carris em 2007.

Pedro Aperta



Carris | Empresa tem responsabilidades para com seis mil reformados.

TRANSPORTES

Faltam 170 milhões à Carris para responsabilidades com pensionistas

Transportadora não provisiona valores nem tem qualquer fundo de pensões

Filipe Paiva Cardoso

filipecardoso@mediainf.pt

A Carris, que gasta anualmente 13 milhões de euros com complementos de pensões, não tem qualquer fundo nem provisiona anualmente qualquer valor que lhe permita fazer face às responsabilidades futuras com estes complementos. Estas responsabilidades, segundo cálculos do final de 2007, ascendiam a 170,6 milhões de euros, 128 milhões dos quais relativos a "reformados e sobreviventes", e os restantes 42,6 milhões respeitantes a trabalhadores no activo.

O cálculo surge nas reservas às contas da transportadora da região de Lisboa, inseridas no relatório e contas de 2007. Segundo o revisor oficial de contas (ROC) a cargo com os resultados da Carris, se a empresa contabilizasse nas contas estas responsabilidades, o seu capital próprio passaria para os 589 milhões de euros negativos, contra os 418 milhões negativos contabilizados. A empresa tem actualmente responsabilidades para com seis mil reformados.

Silva Rodrigues, presidente da Carris, apontou ao **Negócios** que esta "é já uma situação que vem de anos anteriores". Apesar de estar nas prioridades da empresa, "faz parte das preocupações" da administração e que, "mais tarde ou mais cedo, terá que ser abordado", acrescentou. Em Setembro, este responsável apontava ao "Diário de Notícias" que a criação de um fundo de pensões era "uma solução que devia ser encarada" e que tal medida estará sempre dependente de um "ok" por parte do accionista Estado. Para arranjar capital inicial para constituir o fundo de pensões, a venda de terrenos da empresa é a alternativa.

Segundo o relatório de contas da transportadora de 2007, o valor contabilístico dos terrenos detidos

pela Carris ronda os 40 milhões de euros, líquidos de amortizações, sendo que na "primeira fila" para venda estarão os 28 mil metros quadrados da estação de Cabo Ruivo e outros 25 mil metros quadrados da estação de Santo Amaro, segundo avançou então o "DN".

Ao **Negócios**, o líder da Carris salientou que "ainda não foi feita qualquer proposta concreta" ao accionista sobre alienações ou terrenos que poderão ser vendidos e que tal só deverá ocorrer "quando tiver em curso a reestruturação financeira" da transportadora.

Contas não "apresentam de forma verdadeira" a Carris

Ainda no seu exame às demonstrações financeiras na Carris, o ROC responsável pela certificação salienta que "o acordo de empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência", apontando, então, que a empresa "não tem constituído fundo, nem criado qualquer provisão" para enfrentar estas responsabilidades, avaliadas naqueles 170,667 milhões de euros.

Por esta razão, diz o ROC, "e dada a relevância e significado dos efeitos da situação descrita (...), as demonstrações financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição da Carris, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal".

No fim da análise, o ROC ainda aponta "dúvidas acerca da capacidade da empresa prosseguir a sua actividade numa óptica de continuidade sem [...] suporte financeiro adequado do accionista único e sem resultados positivos no futuro".

€ 12,9 Milhões

Valor dos complementos de pensões pagos pela Carris em 2007.

€170,6 Milhões

Responsabilidades totais da Carris para estes complementos.

€39,6 Milhões

Valor contabilístico dos "terrenos e recursos naturais" da Carris.